

# Souto suspende a sessão

ESTELA LANDIM  
Da Editoria de Política

Aos gritos de "chega de embromar" mais de mil pessoas lotaram ontem as galerias da Câmara e acabaram provocando a suspensão definitiva da sessão, prejudicando dessa forma o esforço concentrado. Os manifestantes cansaram de esperar durante toda a tarde pela votação de projetos como o da estabilidade no emprego e não deixaram que a sessão noturna fosse iniciada. O tumulto levou o presidente da mesa, Humberto Souto a encerrar a sessão porque a sua ordem para que as galerias fossem evaucadas irritou ainda mais os manifestantes.

Na sessão que começou às 13 horas, no segundo dia de esforço concentrado, a Câmara conseguiu aprovar apenas dois projetos considerados mais polêmicos. Um deles, o projeto de resolução que aprova o relatório e as conclusões da CPI sobre o BNH e o Grupo Delfim. Mas para aprovar o projeto, a Câmara gastou nada menos que uma hora votando a demissão dos ex-ministros Delfim Netto, Ernane Galvães e Mário Andreazza.

Diante dos aposentados, sindicalistas, professores e assistentes sociais que lotavam as galerias, os deputados discutiram durante mais de duas horas o projeto da CPI. Primeiro foi rejeitado o requerimento que pedia o adiamento da votação. Depois, criou-se uma grande polêmica em torno de um destaque para o item do relatório que recomendava a demissão dos três ministros. O líder do PMDB, Pimenta da Veiga, procurou impedir que o destaque fosse votado porque os ministros já não ocu-

pam mais os cargos e, portanto, a matéria estava prejudicada.

O presidente da mesa, deputado Humberto Souto, insistiu na votação que resultou na decisão de manter no relatório sugestão de demissão dos ministros. A liderança do PFL, que no início havia tentado adiar a votação do projeto de resolução, pediu então verificação de votação. Para isso, gastou-se mais de uma hora para a chamada nominal dos 478 deputados. O relatório da CPI foi concluído em 11 de setembro de 1984, quando os ministros estavam no exercício dos seus cargos, mas durante todos esses meses o PDS conseguiu adiar a sua votação.

## PAUTA PREJUDICADA

Na sessão convocada para as 18h45min estavam em pauta quatro projetos: o que isenta de contribuição o aposentado da Previdência Social; o que define os crimes contra o sistema financeiro nacional e contra a ordem econômica financeira (colarinho branco); o projeto que extingue a figura do senador candidato nato e, por último, o projeto que autoriza o Poder Executivo a adotar medidas contra países que dificultam as exportações brasileiras de bens e serviços.

A sessão foi aberta com as pessoas nas galerias exigindo que o projeto da estabilidade no emprego fosse colocado em votação. Nesse momento, o deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB, pediu a palavra para sugerir à Mesa da Câmara que inserisse os projetos relativos à estabilidade e o que fixa piso salarial para os assistentes sociais, na pauta que seria votada hoje, em regime de urgência.

Pimenta da Veiga argumentou, procurando acalmar os manifestantes, que o regimento não permite a votação de mais de duas proposições em regime de urgência numa mesma sessão. Na Ordem do Dia da sessão noturna já haviam dois projetos em regime de urgência. Isso foi o suficiente para dar o início ao tumulto que culminaria com o encerramento da sessão.

"Chega de enrolar e comece a trabalhar" e "Estabilidade e paridade" eram palavras de ordem gritadas pelos ocupantes das galerias. O deputado Humberto Souto, presidindo a sessão, advertiu por várias vezes sobre a necessidade de silêncio. O conselho do presidente não foi levado em consideração e ele então determinou à Segurança que evaucasse as galerias. O tumulto cresceu com os manifestantes gritando que não saíram.

Suspensa a sessão, Humberto Souto chegou a ser abordado pelo chefe da Segurança sobre a conveniência da utilização de força para a retirada das pessoas. Depois de 15 minutos, o presidente em exercício da Câmara revelou que se encontrava num impasse: ou solicitava o auxílio de forças policiais para manter a ordem, ou encerrava a sessão, convocando outra extraordinária para hoje. Diante de várias ponderações, Humberto Souto terminou por reabrir a sessão dizendo que "para garantir aos parlamentares o direito de se expressar livremente", encerraria a sessão, convocando outra ordinária para hoje às 13 horas. Já estava convocada para hoje, às 10 horas, uma sessão extraordinária para votação do Código Brasileiro do Ar.



Souto aponta o tumulto e resolve proibir manifestações nas galerias